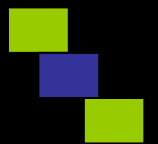


I Encontro da Rede de Políticas Públicas
Cidade, política e atores

Políticas Públicas
e Meio Ambiente: **uma nova agenda regional?**



Alexsandro Ferreira
Arquiteto e Urbanista – SEMURB
Doutorando do PPGAU-UFRN

Reflexões

1 “ Do rio que tudo arrasta, diz-se que suas águas são violentas.

Mas ninguém diz quão violentas são as margens que o reprimem
(Bertold Brecht)

Reflexões

- 2 O Teorema da Impossibilidade, criado pelo Prêmio Nobel Kenneth Arrow, diz, entre outros, que **não é possível deduzir o comportamento econômico da coletividade por meio da racionalidade individual.**

Arrow, Kenneth J., **Social Choice and Individual Values**. New Haven, Yale University Press

Reflexões

- 3 As Políticas Públicas, se identificadas como um fluxo (dinâmico, em avanços, modificações), são margeadas por decisões e interesses individuais e coletivos.

As margens (e suas qualidades reais) interferem nas tomadas de decisões coletivas, assim como tais decisões coletivas pressionam um **jogo de perdas, ganhos e disputas sociais**.

Reflexões

A questão não é, apenas, discutir se há ou não um confronto direto entre esses atores sociais e suas formas de apropriação do território (e recursos ambientais), mas analisar a apropriação dos recursos dentro do quadro social em constante transformação e suas repercussões no cotidiano das pessoas, famílias, etc

Reflexões

A participação social no desenvolvimento das políticas públicas no seu **aspecto político-participativo** parece estar razoavelmente bem discutida, mas muito pouco ainda no **âmbito da democratização dos recursos econômicos, advindos do território.**

Mas pergunta-se: não é o espaço ambiental um dos principais ativos do dinamismo econômico?

É compatível o crescimento econômico com a ampliação do regime democrático e de novos instrumentos de participação e de controle público?

Quais elementos uma agenda pública ambiental e territorial poderia agregar?

Contexto global



Conjunto Residencial no Japão



Favela, Caracas



Cidade Nova, Natal

O fato urbano com fenômeno Global, integra problemáticas como a pobreza e a moradia, pressionando o meio ambiente

Gerando impactos: ambientais, urbanísticos e sociais



Katchi Abadi (Paquistão)

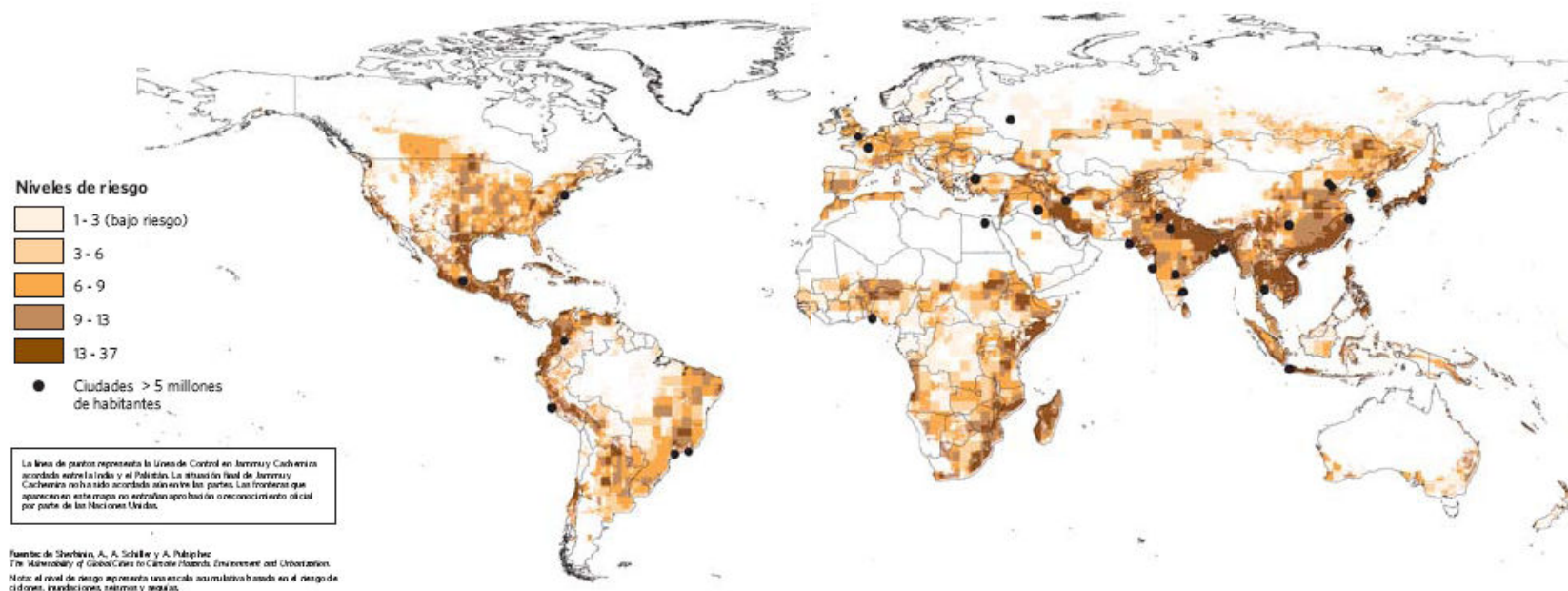


Township (África do Sul)



Jhuggi (Índia)

Figura1. As grandes cidades e os riscos climáticos



Fonte: UNFPA, 2007, p.60

Em 2005, a população urbana mundial era de 3,17 bilhões de pessoas em um total de 6,45 bilhões; as tendências atuais indicam que a quantidade de habitantes urbanos continuará crescendo e chegará a aproximadamente 5 bilhões em um total de 8,1 bilhões de pessoas.

Contexto nacional e regional

O **princípio da prevenção** incumbe ao Poder Público, como responsável pela autorização sobre o uso do solo, fiscalizar as atividades econômicas e seus impactos no sentido de evitar a produção de danos ao meio ambiente.

No **Brasil**, a preservação do meio ambiente está instituída como preceito constitucional, no art. 225, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de **defendê-lo e preservá-lo** para as presentes e futuras gerações.

Brasil: Indicadores demográficos

População Total (milhões) para 2007	Projeção da população (milhões) para 2050	% da população urbana (2007)	Taxa de crescimento urbano (2005-2010)	Taxa de fecundidade total (2007)
191,3	253,1	85	1,8	2,25

Fonte: UNFPA, 2007, p.93

Os municípios cada vez mais urbanizados irão demandar investimentos em serviços e infra-estrutura.

Necessidade de discutir os PASSIVOS SOCIAIS e os ATIVOS ECONÔMICOS buscando integrar de modo inovador e criativo estes dois universos.

A tendência de multiplicação das aglomerações implica mudanças também no **Planejamento e na Gestão territorial.**

Para lidar os problemas advindos da urbanização (lixo, captação de água, segurança, transporte, poluição, por exemplo), deve-se pensar em **novas formas de atuação, e a internalização da problemática ambiental no processo de formulação e implementação de diferentes políticas públicas é crucial nesse processo.**

Políticas e Investimentos Públicos



Desafios

1.Reverter a lógica da desigualdade e da exclusão territorial;

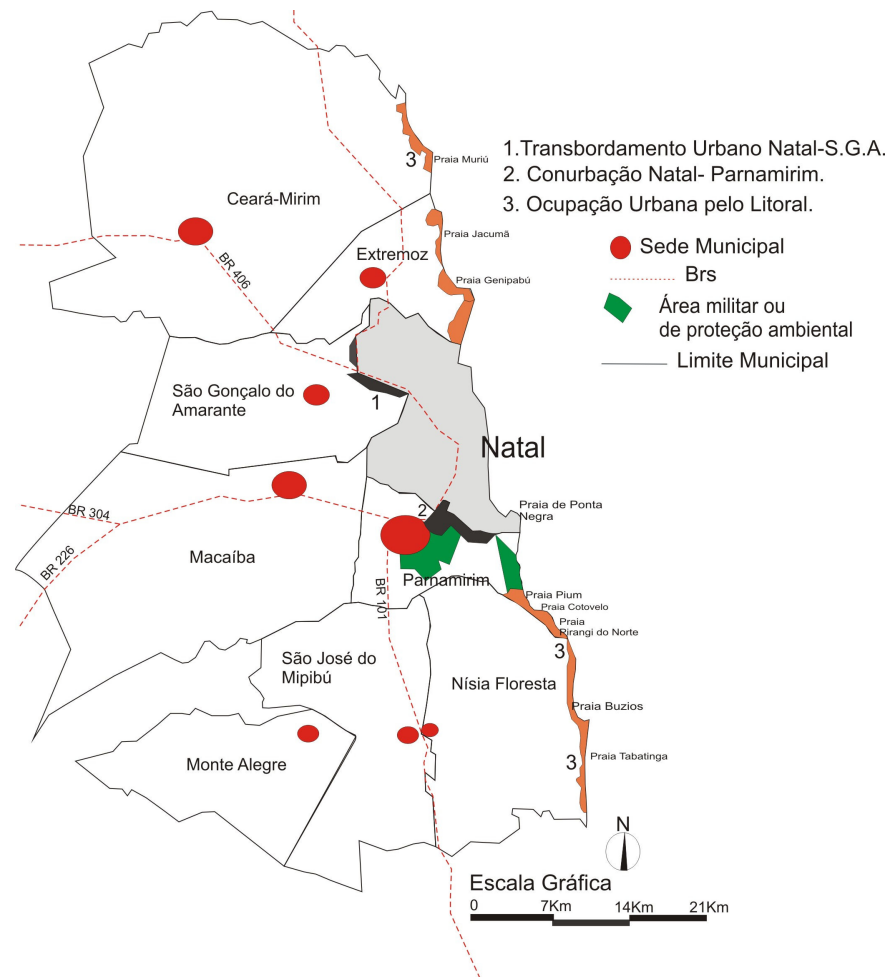
2.Reverter a lógica de fragmentação e desarticulação das intervenções setoriais e intergovernamentais.

A possibilidade de formular projetos de **planejamento ambiental em áreas urbanas** passa, necessariamente, por mostrar que questões ambientais estão relacionadas aos aspectos mais simples do dia a dia da população, tais como, a qualidade do ambiente no entorno da residência, a exposição a doenças, os riscos relacionados ao ambiente de trabalho *etc.*

Educação Ambiental e Educação Patrimonial

Exemplos locais: novas apropriações do território regional

Figura 2. Processos metropolitanos de expansão



Fonte: Base de dados do Núcleo RMNatal - UFRN. Observatório das Metrôpoles

O aumento na valoração econômica dos espaços ambientais leva a uma nova intensidade na utilização desses espaços, modificando suas características naturais, assumindo uma *segunda natureza*.



Praia do Amor Pipa Residence

Imobiliária Abreu Imóveis

(www.abreuimoveis.com.br)



Jacumã Golf & Beach Village

Brazilian Lifestyle Invest

(www.bli.nu/investimentos.php)



Spa Healt Center

(Imobiliária Blue Marlin)

Tabatinga Coco Beach

Bezerra Imóveis

(www.bezerraimoveis.com.br/tabatingacb.htm)



**Exemplos na Região
Metropolitana de
Natal**



Grand Natal Golf

Grupo Sanches

(<http://www.grandnatalogf.com/br/investimentos-no-brasil.aspx>)

**Exemplos na Região
Metropolitana de
Natal**

Litoral Norte
Área de transbordamento Urbano
Natal-Extremoz

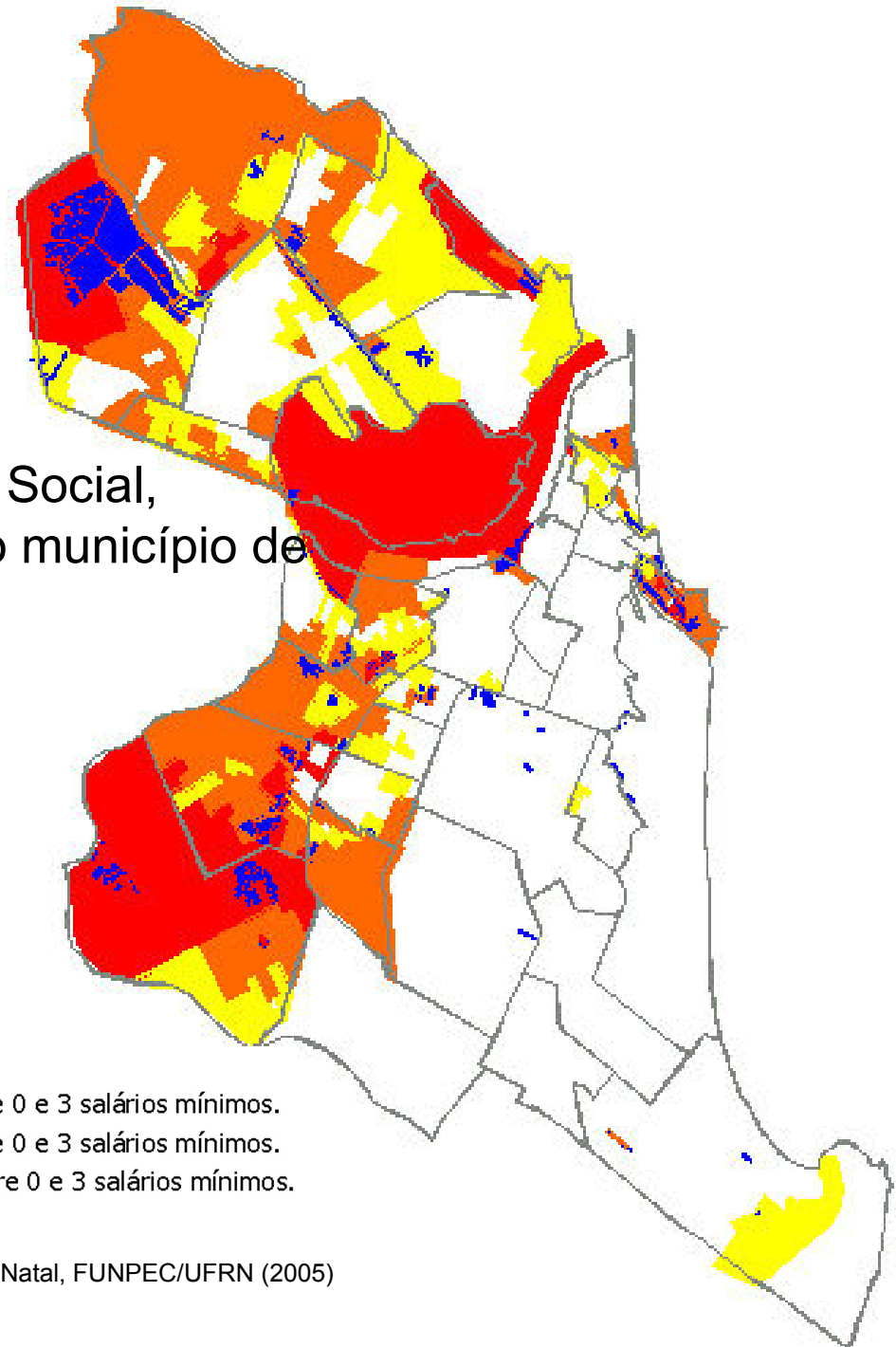


Fonte: Geoconsult-PEMFAA/IDEMA-Rota V
Ronaldo Diniz (2006)



Fonte: Geoconsult-PEMFAA/IDEMA-Rota
Ronaldo Diniz (2006)

Figura 3 – Manchas de Interesse Social, conforme Política Habitacional do município de Natal



LEGENDA:

- Entre 70 e 79% dos responsáveis recebem entre 0 e 3 salários mínimos.
- Entre 80 e 89% dos responsáveis recebem entre 0 e 3 salários mínimos.
- Entre 90 e 100% dos responsáveis recebem entre 0 e 3 salários mínimos.
- Assentamentos Subnormais

Fonte: Política Habitacional de Interesse Social do Município de Natal, FUNPEC/UFRN (2005)



ZPA 4 e Comunidade do Guarapes, Natal (2008)

As agendas públicas dos municípios que passam por novas dinâmicas econômicas e ambientais, devem reconhecer o conflito como um dado, utilizar os instrumentos existentes de maneira criativa, envolver a sociedade civil na democratização do capital gerado e construir redes de observação sobre os efeitos dinâmicos do território.

“O imperativo da “sustentabilidade” das políticas públicas encontra no campo ambiental, e em suas aplicações, algumas dificuldades de consenso originadas não só no **déficit de conhecimento científico** sobre os efeitos de longo prazo das tendências e alternativas da urbanização, mas também nas divergências ou contradições entre objetivos imediatos ou diferidos dos próprios atores sociais e econômicos”

(Cf. PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João. *Políticas Urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2003

Notas para uma agenda territorial metropolitana

Gestão participativa

- a) **buscar parcerias** também com instituições de pesquisa e ensino, como faculdades e universidades, de forma a criar um ambiente de constante observação pública sobre os acontecimentos intra-municipais, mesmo que estes municípios não pertençam à Região Metropolitana;
- b) **Organizar pequenos produtores** locais em forma de cooperativas, com o intuito de fornecer produtos – não apenas artesanato, mas alimentos e serviços de baixa tecnologia – aos grandes equipamentos turísticos;
- c) **Efetivar conselhos urbanos** seja por bairros ou comunidades de forma a abrir canais de comunicação com o poder público;
- d) **Implementar os Planos Diretores Participativos e Orçamentos Participativos**;
- e) **Garantir os acessos aos moradores locais** dos recursos da terra e do mar;

Notas para uma agenda territorial metropolitana

Corpo legislativo	<p>a) Inclusão de um Plano de Ordenamento do Uso do Solo, ou Plano Diretor, que dê conta dos processos dinâmicos em novas localizações, de grandes equipamentos residenciais ou de serviços.</p> <p>b) Utilização das Leis de Compensação Ambiental, Outorgas Onerosas e delimitação por Áreas Especiais.</p>
Sistema de Informação	<p>a) Manter atualizado Banco de Informações sobre os espaços de uso público de forma integrada com União e Estados. Para tanto, parcerias e convênios já são legalmente possíveis;</p> <p>b) Identificar e registrar ecossistemas singulares;</p> <p>c) criar um Observatório Ambiental com o intuito de manter um conjunto de informações e alternativas aos conflitos existentes, relacionados aos ecossistemas locais e as formas de ocupação do solo;</p>
Recursos financeiros	<p>a) Contingenciar contrapartidas sociais no caso dos Estudos de Impacto apontarem possível desarticulação de emprego e renda em comunidades locais;</p> <p>b) Permitir que medidas de uso do solo, que gerem compensações em dinheiro, possam ser aplicadas em áreas de interesse social nas periferias mais pobres das cidades;</p>